PARECER N.º /2021.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA, REDAÇÃO E DIREITOS HUMANOS.

PROJETO DE LEI N.º 17/2021.

OBJETO: Reconhece de utilidade pública a Associação Todos Pela Saúde e Social de Unaí (MG) - Astossu

AUTOR: VEREADOR ALINO COELHO

RELATOR: VEREADORA ANDRÉA MACHADO

1. Relatório

De iniciativa do Ilustre Vereador Alino Coelho, o Projeto de Lei n.º 17/2021 tem o objetivo de reconhecer como de utilidade pública, a Associação Todos Pela Saúde e Social de Unaí (MG) – Astossu.

Conforme os autos do Projeto de Lei trata-se de entidade civil, sem fins econômicos, de duração por tempo indeterminado, registrada em 20 de novembro de 2019 e **devidamente inscrita no CNPJ n.º 35.568.537/0001-37**.

Cumpridas as etapas do processo legislativo foi encaminhada a presente matéria a esta Comissão a fim de ser emitido parecer, sob a relatoria da Vereadora Andréa Machado, por força do r. despacho do Presidente desta Comissão.

2. Fundamentação

2.1 Competência

A Lei Orgânica do Município de Unaí trouxe em seu art. 62 a competência privativa da Câmara Municipal para o reconhecimento de utilidade pública das entidades, senão vejamos:

Art. 62. Compete privativamente à Câmara Municipal:

XXVI - reconhecer de utilidade pública entidades de caráter associativo e cooperativista do Município;

E quanto às deliberações, o art.74 traz que:

Art. 74. As deliberações da Câmara atenderão a seguinte maioria, de acordo com a matéria:

II - votação de dois terços de seus membros para os projetos que tiverem por objeto:

 (\ldots)

m) reconhecer instituições de utilidade pública;

No que tange ao Regimento interno da Câmara Municipal de Unaí, encontram-se essas previsões:

Art. 172. O Presidente da Câmara só recebe proposição redigida com clareza e observância da técnica legislativa e do estilo parlamentar.

(...)

§ 6º A proposição que objetivar a declaração de utilidade pública somente será recebida pelo Presidente da Câmara se acompanhada pelos documentos exigidos em legislação específica do Município.

Art. 251. Salvo disposições regimentais em contrário, passam por dois turnos de discussão e votação todas as proposições, com exceção das que tenham tramitação disposta em regulamento próprio e as proposições que passam por turno único dispostas a seguir:

(...)

IV - que declarem entidades de utilidade pública;

E a Lei Municipal n° 1.296/1990 que regulamenta o reconhecimento de utilidade pública e dá outras providências menciona que:

Art. 2º A iniciativa do processo de reconhecimento de utilidade pública cabe ao Prefeito, a qualquer Vereador ou Comissão da Câmara.

Assim, quanto à competência para propor o projeto, não há vício.

2.2 Requisitos

A Lei nº 1.296/1990 que regulamenta o reconhecimento de utilidade pública traz os requisitos, quais sejam:

- Art. 3º São condições indispensáveis para o reconhecimento de utilidade pública, observada a finalidade de cada associação:
- I ter no mínimo 01 (um) ano de comprovada atuação em favor da coletividade, contados da data de sua fundação;
- II contribuir para o desenvolvimento e aprimoramento do ensino, da saúde, do transporte, dos serviços públicos e das atividades culturais do Município;
- III auxiliar na formação da cultura local, através do pluralismo de idéias e da livre manifestação e expressão;
 - IV executar atividades de caráter assistencial ou educacional; e
- V exercer quaisquer atividades que contribuam, diretamente, para o desenvolvimento científico, artístico e histórico e para a preservação do meio ambiente.

Parágrafo único. É vedado o reconhecimento de utilidade pública a órgãos ou entidades que gozem de favor decorrente de contrato com pessoa jurídica de direito público.

- Art. 4º O processo legislativo de reconhecimento de utilidade pública deverá ser instruído com os seguintes documentos:
 - I estatuto social registrado em cartório competente;

- II declaração da diretoria de que não remunera, a qualquer título, os mantenedores e os associados;
- III- relatórios das gratuidades dos alunos que pagam mensalidades, e o último balancete mensal quando se tratar de entidade educacional;
- IV declaração da diretoria da que a entidade está em funcionamento, com estrita observância dos estatutos;
 - V cópia da ata de eleição da diretoria em exercício;
- VI comprovação de patrimônio superior a 100 (cem) vezes o maior valor de referência, em caso de fundação;
 - VII inscrição no cadastro geral de contribuintes; e
 - VIII extrato do estatuto publicado no Diário Oficial do Estado.

Parágrafo único. A declaração ou a apresentação de documentos falsos, se comprovados posteriormente à lei específica de reconhecimento de utilidade pública na nulidade imediata do ato e a suspensão de todos os seus efeitos.

(...)

Pela documentação juntada aos autos, verifica-se que:

- a) A Ata da Assembleia Geral de Fundação, datada de 17/02/2019, com a eleição dos membros da Diretoria. Essa ata foi registrada.
- b) O Estatuto Social registrado no Cartório de Registro de Títulos e Documentos sob o protocolo nº 42919 em 20/11/2019.
- c) O CNPJ da entidade é **n.º** 35.568.537/0001-37, cujo nome empresarial é ASTOSSU ASSOCIAÇÃO TODOS PELA SAUDE E SOCIAL DE UNAI-MG com situação cadastral ativa e data de abertura de 20/11/2019 e descrição da natureza jurídica como sendo Associação Privada.
- d) Declaração assinada pelo Presidente, afirmando que a associação está em pleno e regular funcionamento e que os associados, diretores e mantenedores não são remunerados por ela, a qualquer título.

Ressalta-se, por pertinente, que segundo o parágrafo único do art. 4º da Lei nº 1.296/1990 a declaração ou a apresentação de documentos falsos implica na nulidade

imediata do ato de reconhecimento de utilidade pública e na suspensão de todos os seus efeitos.

Assim, foram cumpridos os critérios exigidos para instrução do processo legislativo de reconhecimento de utilidade pública (art. 4º da supracitada Lei nº. 1.296).

De acordo com o art. 45 do Código Civil Brasileiro a existência legal da pessoa jurídica de direito privado começa da inscrição do ato constitutivo no respectivo registro, averbando-se no registro todas as alterações posteriores.

Logo, o interstício mínimo de 01 (um) ano de atuação a favor da coletividade, exigido pelo inciso I do art. 3º da Lei nº. 1.296, de 30 de outubro de 1990, encontra demonstrado, conforme a juntada dos documentos em anexo ao presente parecer.

A comprovação relacionada ao parágrafo único do artigo 3° da Lei n. 1.296/1990 foi cumprida, conforme, fls.23.

O comprovante da publicação do extrato do Estatuto Social em órgão oficial, antes uma exigência prevista no inciso VIII do art. 4º da Lei Municipal nº 1.296/90 e no art. 121 da Lei Federal nº. 6.015/73 deixou de ser necessário ao reconhecimento de utilidade pública da associação, em face da modificação sofrida por este último dispositivo, por força da Lei Federal nº. 9.042, de 09 de maio de 1995.

Portanto, não enxergo empecilho para que seja a matéria aprovada por esta Casa Legislativa, uma vez que além da fundamentação trazida acima, os requisitos trazidos pela Lei 1.296/90 para o reconhecimento de utilidade pública foram todos cumpridos.

Conclusão

Em face do exposto, opina-se, salvo melhor juízo, pela aprovação do Projeto de Lei nº 17/2021.

Plenário Vereador Geraldo Melgaço de Abreu, 3 de março de 2021; 77° da Instalação do Município.

VEREADORA ANDRÉA MACHADO

Relatora Designada

Curtir

Compartilhar

Sugerir edições

Enviar mensagem

Esqueceu a conta?



Todos Pela Saúde e Social De Unaí MG

Página inicial

Avaliações

Fotos

Vídeos

Publicações

Sobre

Comunidade

Criet ima Página



Ver mais da Página Todos Pela Saúde e Social De Unaí MG no Facebook

Entrar

ou

Criar nova conta



Todos Pela Saúde e Social De Unaí MG

Página inicial

Avaliações

Fotos

Vídeos

Publicações

Sobre

Comunidade

Criar uma Página







Todos Pela Saúde e Social De Unaí MG

Nara Ribeiro está com José G. Branquinho.

POR UMA UNAÍ MELHOR PRA VOCÉ!!!

GRATIDÃO EM FORMA DE TRABALHO

Terça-feira, 24/11, o prefeito reeleito Branquinho cumpre agenda em Belo Horizonte.

... Ver mais

Curtir

Comentar

Compartilhar

Ver mais

Português (Brasil) · English (US) · Español Français (France) · Deutsch

Privacidade · Termos · Anúncios · Escolhas para anúncios · Cookies · Mais Facebook © 2021

Ver mais da Página Todos Pela Saúde e Social De Unaí MG no Facebook

Entrar

ou

Criar nova conta





Todos Pela Saúde e Social De U MG

Curtir esta página · 28 de julho de 2020

Vamos fazer o bem sem olhar a quem? E abençoe a todos aqueles doadores e volu. Astossul Um forte abraço do amigo Gonza Saúde 9.9



Fotos de Todos Pela Saúde e Social De Unal MG em Arquivos da dispositivos móvais



Curtir esta página · 13 de outubro de 20





Todos Pela Saúde e Social De U MG

Curtir esta página · 6 de junho de 2020

Fotos de Todos Pela Saúde e Social De Unal MG em Arquivos de dispositivos móveis

em Arquivos de dispositivos móveis



Todos Pel MG Curtir esta p

Todos Pela Saúde e



Fotos de Todos Pela Saúde e Social De Unai MG em Arquivos de dispositivos móveis



Curtir esta p

Mais uma missão r tinha sido atropela poderia ser morto, tempo e assim faze lema da ASTOSSU social de Unai. Ob e da flora ou seja c saúde 9.9

Todos Pela Saúde e outras 2 pessoas cur





Todos Pela Saúde e 4 compartilhamento

Fotos de Todos Pela Saúde e Social De Unai MG em Arquivos de dispositivos móveis

Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral

Cidadão,

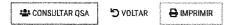
Confira os dados de Identificação da Pessoa Jurídica e, se houver qualquer divergência, providencie junto à RFB a sua atualização cadastral.

A informação sobre o porte que consta neste comprovante é a declarada pelo contribuinte.

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA			
NOME EMPRESARIAL ASTOSSU - ASSOCIACA	O TODOS PELA SAUDE E SOCIAL DI	E UNAI-MG	
TITULO DO ESTABELECIMENTO	NOME DE FANTASIA)		PORTE DEMAIS
CODIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVI 94.30-8-00 - Atividades d	DADE ECONÓMICA PRINCIPAL e associações de defesa de direitos (socials	
CODIGO E DESCRIÇÃO DAS ATA Não informada	//DADES ECONÓMICAS SECUNDARIAS		
CODIGO E DESCRIÇÃO DA NATU 399-9 - Associação Priva			
R LEVINDO TORRES BR	DCHADO	NUMERO COMPLEMENTO	
	BAIRRO/DISTRITO CACHOEIRA	MUNICIPIO UNAI	UF MG
ENDEREÇO ELETRÔNICO CONTEPE@UOL.COM.BR		TELEFONE (38) 3676-3725/ (38) 3676-1325	
ENTE FEDERATIVO RESPONSAV	CL (CFR)		
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA		DATA DA SITUAÇÃO 20/11/2019	O GADASTRAL
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTE	RAL		
SITUAÇÃO ESPECIAL		DATA DA SITUAÇÃO	D'ESPECIAL.

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018. Emitido no dia 18/02/2021 às 13:15:03 (data e hora de Brasília).

Página: 1/1



A RFB agradece a sua visita. Para informações sobre política de privacidade e uso, clique aqui.

Passo a passo para o CNPJ

Consultas CNPJ

Estatísticas

Parcelro

Services CNP